

1 **PARECER CONCLUSIVO FINAL 2025 DO CACS FUNDEB**

2 O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de
3 Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
4 do Município de Arujá, de acordo com a Lei nº 14.113 de 25 de novembro de
5 2020 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
6 Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e decreto
7 municipal nº 8.544 de 24 de março de 2025. Que reformula a nomeação dos
8 membros do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da
9 Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação/ CACS-
10 FUNDEB de Arujá, de acordo com a lei federal nº 14.113, de 25 de dezembro de
11 2020, e lei municipal nº 3.369, de 26 de março de 2021." emite PARECER FINAL
12 de 2025 sobre os trabalhos realizados:

13 **1. DESPESAS COM PROFISSIONAIS PAGOS COM RECURSO FUNDEB**
14 **(70%)**

15 Considerando que:

16 A legislação estabelece a obrigatoriedade dos governos estaduais e municipais
17 apresentarem a comprovação da utilização dos recursos do Fundo em três
18 momentos distintos, um deles será mensalmente – Ao Conselho de
19 Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, mediante apresentação de
20 relatórios gerenciais sobre o recebimento e emprego dos recursos do Fundo,
21 conforme estabelece o art. 36 da Lei nº 14.113, de 2020.

22 Os recursos do FUNDEB poderão ser aplicados para reajuste salarial sob a
23 forma de bonificação, abono, aumento de salário, atualização ou correção
24 salarial, para atingir o mínimo de 70% dos recursos ao pagamento da
25 remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

26 O primeiro aspecto que verificado foi a forma de apresentação, ou seja, se
27 unificadas ou com separação entre os profissionais da educação básica e
28 aqueles portadores de diploma de curso superior na área de psicologia ou de
29 serviço social, desde que integrantes de equipes multiprofissionais que atendam
30 aos educandos, nos termos da Lei nº 13.935/2019, observado o disposto no
31 caput do art. 27 da Lei nº 14.113/2020

32 Foram feitas verificações: se os cargos e as funções que constam destas folhas
33 de pagamento realmente se referem a profissionais da Educação Básica e,
34 eventualmente, de integrantes de equipes multiprofissionais acima citados e se
35 nas folhas de pagamento existem funcionários que, apesar de serem da
36 educação básica, não estejam em efetivo exercício na referida área. Foi
37 encaminhado ao setor responsável anexos retirados do SIOPE-MAVS planilha,
38 dos funcionários que encontram-se na relação das despesas custeadas com
39 receita do FUNDEB, retirada do SIOPE-MAVS do 4º bimestre já validado, para
40 atualização no sistema, uma vez que muitos funcionários não aparecem na folha
41 de pagamento de setembro de 2025. O setor responsável encontra-se

atualizando o cadastramento e atualização dos mesmos, uma vez que ao término deste ano haverá nova movimentação por consequência das atribuições.

As verbas salariais destes profissionais estão adequadas ao Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, tais como adicionais, gratificações, funções gratificadas, hora-atividade, hora de trabalho pedagógico, horas extras entre outros;

A saber, que os salários base estão em conformidade ao decreto 8.420 de 19 de abril de 2024 que "dispõe sobre nova tabela de referências aplicável aos servidores sujeitos à carga horária especial de trabalho e anova tabela de referências e padrões salariais". Foram devidamente observados e comprovados por este CONSELHO e há exatidão e respeitabilidade aos itens:

- Nível salarial, data de admissão, temporários, cargos e referencias;
- Alteração de referências conforme Lei 3531 de 8 de novembro de 2022;
- Adicionais: sexta- partes, evoluções vias acadêmicas e não acadêmicas conforme Plano de carreira: 2.482 de 18 de abril de 2012;
- Adicional de 2%, concedido aos profissionais da educação conforme Lei 3631 de 20 de março de 2024.
- Lei nº 3.717, de 01 de abril de 2025 que "dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais nos termos do art. 37, inciso x da constituição federal e dá outras providências."

O CACS-FUNDEB, declara que fiscalizou mensalmente e por amostragem, as folhas de pagamento de 2024 referentes aos profissionais do Ensino Fundamental e Infantil pagos com recurso FUNDEB, emite Parecer: FAVORAVEL E APROVADO: as folhas apresentam destinação correta do uso do FUNDEB (70%):

2 - DESPESAS COM REPASSE DE PROGRAMAS: APOIO SUPLEMENTAR - EDUCAÇÃO INFANTIL E PNATE (com parecer no Sistema de Gestão de Conselhos- SIGECON::

Considerando que:

O sistema SIGECON está sendo atualizado, e o mesmo encontra-se com pareceres até 2024 conforme exposto na Resolução que rege o MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL TRANSFERÊNCIA DIRETA o CACS-FUNDEB. No entanto, o CACS FUNDEB acompanhou a execução dos recursos repassados a PREF MUN DE ARUJA para: PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR- PNATE, fazendo visitas técnicas, fiscalizando os ônibus, acompanhando o sistema SETE, emitindo também parecer ao setor responsável da SMEA e publicando no portal da prefeitura de Arujá para fácil acesso;

<https://www.prefeituradearujá.sp.gov.br/projeto/conselhos/infoConselho.php?id=7&ano=2025>

O controle social exercido pelo CACS/FUNDEB representa a participação da sociedade na gestão pública e, deve acompanhar e controlar, ao longo do ano, a execução dos recursos federais transferidos à conta do PNATE garantindo que sejam aplicados da melhor forma possível. Assim, a atuação do CACS/FUNDEB é essencial para o Programa e o FNDE conta com sua participação para melhorar o transporte escolar do município.

O CACS -FUNDEB teve acesso pelo sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar (SETE) que é voltado a auxiliar na gestão do transporte escolar dos municípios brasileiros considerados suas singularidades

O CACS-FUNDEB observou itens como:

- o controle de tráfego dos veículos da frota municipal destinados ao transporte escolar, contendo a distância percorrida diariamente por cada um deles;
- certificou-se que os veículos destinados ao ensino possuem identificação externa visível de sua utilização, o que possibilita um maior controle social desta atividade e que estão em boa condição de uso e com manutenções em ordem;
- realizou inspeção anual nas rotas determinadas pelos veículos do ensino, comprovando a sua efetiva ocorrência;

O CACS-FUNDEB, declara que fiscalizou a execução do - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR- PNATE, concluindo Parecer: FAVORAVEL E APROVADO: os apoios suplementares apresentam destinação correta do uso do FUNDEB.

3- DESPESAS DIVERSAS CONSIDERANDAS COMO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE (30%)

Considerando que:

O restante dos recursos do FUNDEB, no máximo 30%, deve ser direcionado para despesas diversas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma prevista do artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB.

Esse conjunto de despesas compreende, mas não se limita, a:

- remuneração dos portadores de diploma de curso superior na área de psicologia ou de serviço social (desde que integrantes de equipes multiprofissionais;

que atendam aos educandos, nos termos da Lei nº 13.935/2019;

- 116 • Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e
117 equipamentos necessários ao ensino.

118 O CACS-FUNDEB teve acesso, para validação no sistema, aos quadros
119 demonstrativos das receitas e despesas com o fundo de manutenção e
120 desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da
121 educação -FUNDEB no sistema de informações sobre orçamentos públicos em
122 educação -SIOPE-MAVS demonstrando os gastos, quase que totalizado o
123 recebimento do Fundo com remuneração dos profissionais da educação básica
124 sendo nos períodos de referência:

- 125 • no 5º bimestre DE 2024- 94,17%;
- 126 • no 6º bimestre DE 2024-93,51%;
- 127 • no 1º bimestre DE 2025-91,36%;
- 128 • no 2º bimestre DE 2025- 92,45%;
- 129 • no 3º bimestre DE 2025- 96,81%;
- 130 • no 4º bimestre DE 2025- 100,65%.
- 131 • No 5º bimestre DE 2025- 93,79%

132 A saber, que a legislação estabelece a obrigatoriedade de os governos
133 estaduais e municipais apresentarem a comprovação da utilização dos recursos
134 do Fundo em três momentos distintos, quais sejam: Mensalmente – Ao Conselho
135 de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, mediante apresentação de
136 relatórios gerenciais sobre o recebimento e emprego dos recursos do Fundo,
137 conforme estabelece o art. 36 da Lei nº 14.113, de 2020. E que a Prefeitura
138 Municipal de Arujá apresentou Balancetes da receita das despesas com MDE
139 (30%), e que foi observado o demonstrativo sintético e demais documentos
140 emitidos e encaminhados via 1DOC.

141 O CACS-FUNDEB, declara que fiscalizou e analisou os documentos
142 relacionados aos registros contábeis das DESPESAS DIVERSAS
143 CONSIDERANDAS COMO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO
144 ENSINO - MDE (30%) e emite: PARECER FAVORAVEL E APROVADO

145 **4- CENSO escolar anual das escolas municipais de Arujá. Conforme**
146 **dispositivos na Lei 14.113/2020 e Decreto municipal 8.300 de 11 de agosto**
147 **de 2023.**

148 Considerando que:

149 O CENSO ESCOLAR é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos
150 e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), em parceria com os
151 Governos Estaduais (Secretarias Estaduais de Educação) e Prefeituras
152 municipais, além da participação de todas as escolas públicas e privadas,

153 através de informações encaminhadas por meio do sistema online
154 "EDUCACENSO".

155 É um levantamento de caráter declaratório para se conhecer o número de
156 matrículas que abrange a educação básica em seus diferentes níveis (educação
157 infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades (ensino regular,
158 educação especial e educação de jovens e adultos).

159 O CENSO escolar de encerramento de 2025, foi devidamente supervisionado
160 por este Conselho concluindo que:

- 161 • Consta alunos em todas as etapas;
- 162 • Não há escolas zeradas;
- 163 • Todas as Unidades Escolares foram devidamente encerradas.
- 164 • O departamento de planejamento escolar disponibilizou senha de acesso
165 do EDUCACENSO ao presidente do CACS FUNDEB e, sempre manteve
166 diálogo aberto para deslindar qualquer dúvida.
- 167 • As U. Es receberam os conselheiros do CACS-FUNDEB, nas visitas no
168 local, fornecendo documentos necessários pertinentes, mostrando toda
169 área escolar e os recebendo com cortesia e transparência em toda coleta
170 de dados transmitida para o CENSO ESCOLAR.

171 A saber que, após a coleta dos dados é feita a publicação dos dados preliminares
172 no Diário Oficial da União, quando o Estado e os municípios têm um prazo de
173 até 30 dias, contado da publicação, para eventual correção das informações
174 fornecidas (sob pena de responsabilização administrativa – § 5º do art. 8º da Lei
175 nº 14.113/2020, alterada pela Lei nº 14.276/2021). Os dados serão utilizados
176 pelo Ministério da Educação para gerenciar programas como o FUNDEB, a
177 Alimentação Escolar, a distribuição de Livros Didáticos, o Dinheiro Direto na
178 Escola, o Mais Educação, dentre outros

179 O CACS-FUNDEB, declara que fiscalizou este ano de 2025 o CENSO escolar
180 anual das escolas municipais de Arujá. Conforme dispositivos na Lei
181 14.113/2020 e Decreto municipal 8.300 de 11 de agosto de 2023. Após participar
182 do encerramento de todas as escolas disponíveis no EDUCACENSO o Conselho
183 CACS FUNDEB emite PARECER FAVORÁVEL E APROVADO a essa
184 participação ativa.

185 EM SUMA: Destacamos que aos Membros do CACS-FUNDEB compete
186 somente o acompanhamento e controle social da gestão dos recursos do Fundo,
187 o que não se confunde com gerir ou administrar os mesmos. A administração
188 dos recursos é de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo e do Secretário
189 de Educação (ou cargo equivalente), que têm o encargo legal de aplicá-los em
190 favor da educação básica, na forma legal estabelecida.



191 O CACS- FUNDEB se coloca à disposição para dirimir quaisquer duvidas e/ou
192 esclarecimentos referentes ao período tratado nesse parecer Final e continuará
193 exercendo as suas competências e responsabilidade de proceder ao
194 acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição e aplicação dos
195 recursos de Fundo.

196 Cordialmente.

197 Arujá, 08 de dezembro de 2025.

198

199

200

201

Eliana Cristina Hipólito de Souza Silva

202

Presidente CACS-FUNDEB

203

E

Demais

204

membros:

205

206

207

208

209

210

211

212

213